



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação:
1.º/2/2004

MANHÃ

CADERNO DE PROVAS

NÍVEL MÉDIO

Técnico Judiciário

Áreas: Judiciária/Administrativa

CARGO 7



CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Oferece Oportunidades para Realizar Serviços

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **2/2/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **3 e 4/2/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **18/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no Item I e no Diário Oficial do Estado do Amapá, do resultado final das provas objetivas para todos os cargos e da convocação para a prova prática de digitação para os cargos **1, 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 11**.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens 1 a 10

Justiça itinerante é destaque em congresso na Alemanha

1 A Justiça Itinerante Terrestre e Fluvial do Amapá foi
destaque no XII Congresso da Associação de Informática do Estado
de Sarre, na Alemanha. O evento foi realizado no final do mês de
4 setembro, tendo como tema geral “Rumo à justiça do futuro com
a tecnologia de hoje”.

7 O Tribunal de Justiça do Amapá foi convidado a participar
do evento, devido ao trabalho desenvolvido junto à comunidade por
meio da Justiça Itinerante Terrestre e Fluvial. A juíza Coordenadora
dos Juizados Especiais Cíveis da Capital palestrou para uma platéia
10 formada por mais de quatrocentos participantes de vários países.

13 Na explanação, a coordenadora falou do sucesso no
atendimento feito à população por meio dos Tribunais Itinerantes
Terrestre e Fluvial e do Juizado Especial Volante, além do combate
à exclusão e desigualdade social, do acesso da população à justiça,
da desburocratização e da aproximação da justiça com o cidadão.

16 Segundo a coordenadora, o trabalho desenvolvido pela
justiça do Amapá chamou a atenção internacional devido à
humanização do Poder Judiciário. “Entendemos que uma pessoa que
19 chega à justiça através de conflito deve ser atendida com qualidade
e humanização, para que ela possa crescer com o conflito que a
levou ao Judiciário.”

22 “O cidadão deve participar da solução do conflito no
Judiciário a fim de poder voltar à sociedade e conviver em
harmonia”, acentua a juíza que coordena as ações dos Juizados
25 Especiais Cíveis desde sua implantação, no ano de 1996.

28 Para o vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado no
exercício da presidência, o interesse que esse trabalho desperta em
caráter internacional está no acesso do cidadão à justiça sem as
dificuldades da burocracia. “É o Judiciário em contato direto com
o cidadão, oferecendo seus serviços e levando assistência à
31 população ribeirinha carente dos serviços públicos”, disse o
magistrado que idealizou e implementou a instalação dos Juizados
Especiais, da Justiça Itinerante Fluvial e Terrestre e da Justiça
34 Volante.

37 Durante a apresentação dos trabalhos realizados pela
Justiça Itinerante, foi exibido um documentário de 45 minutos,
produzido no Amapá, em 2001, pelo alemão Klaus Dixel, que
esteve presente ao evento, onde prestou depoimento acerca do
sucesso do trabalho da Justiça Itinerante no Amapá.

Assessoria de Imprensa do TJAP. Macapá, 8/10/2003. Internet:
<<http://www.tjap.gov.br>>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

Com base nas informações contidas no texto I, julgue os
itens a seguir.

- 1 O Tribunal de Justiça do Estado do Amapá foi convidado a participar do XII Congresso da Associação de Informática do Estado de Sarre, na Alemanha, para apresentar o trabalho desenvolvido junto à comunidade por meio da Justiça Itinerante Terrestre e Fluvial.
- 2 Os Tribunais Itinerantes Terrestre e Fluvial e o Juizado Especial Volante visam atender, em condições especiais, a população amapaense.
- 3 O XII Congresso da Associação de Informática do Estado de Sarre, na Alemanha, contou com a presença de vários participantes de quatrocentos países.
- 4 A solução de um conflito judicial deve, necessariamente, ter caráter educativo para o cidadão nele envolvido.
- 5 O “evento” referido na penúltima linha do texto é a implantação dos Juizados Especiais Cíveis.

Com relação à grafia das palavras e à sintaxe do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 6 Na expressão “à humanização” (l.17-18), o emprego do acento grave indicativo de crase é facultativo.
- 7 A forma verbal ‘Entendemos’ (l.18) é um exemplo do uso do plural majestático.
- 8 O vocábulo “caráter” (l.28) pode ser substituído por **caractere**, sem que se incorra em erro.
- 9 A forma verbal “foi exibido” (l.36) pode ser substituída por **exibiu-se**, sem que haja alteração de sentido.
- 10 A vírgula que aparece logo depois da palavra “evento” (l.38) pode ser retirada, sem que isso acarrete alteração do sentido e da correção do texto.

A justiça e a ética da inclusão

1 Todos os setores da vida nacional serão influenciados pela histórica e inédita alternância no poder ocorrida em 1.º de janeiro. O Poder Judiciário não ficará imune a isso e como reagirão os diversos juízes e tribunais é algo a ser visto ao longo dos próximos quatro anos.

4 Alguns pontos, porém, saltarão aos olhos de todas as pessoas e irão destacar a relação que os brasileiros têm com a sua Justiça. Em meio ao torvelinho de denúncias públicas de corrupção e envolvimento de juízes com o crime organizado, o crédito de que goza o Poder Judiciário ainda é expressivo, mas, tanto quanto o prestígio dos novos governantes, o Judiciário dependerá de medidas concretas e de posições claras e justificadas para manter-se merecedor do respeito da sociedade.

7 Até o início dos anos 90, a maioria dos juízes tinha de si uma imagem distorcida. Fiadores da legalidade de um processo eleitoral ainda não confiável, os juízes majoritariamente acreditavam poder desempenhar suas funções alheios aos conflitos políticos. Proibido pela Constituição de dedicar-se à atividade político-partidária, o juiz brasileiro, em regra, assumia postura aparentemente indiferente ao resultado do confronto político, especialmente quando o enfrentamento ocorria nas urnas. A indicação clara da opção política de um juiz, ainda que sem conotação partidária, era, freqüentemente, objeto de crítica e de desqualificação do magistrado. Na outra ponta, a afinidade pessoal com os detentores do poder garantia tratamento privilegiado e prerrogativas inconcebíveis. O nepotismo e o fisiologismo foram denunciados pela mídia durante esse período.

16 Essa maneira de ver a si mesmo e de agir conforme essa imagem, hoje parcialmente superada, foi responsável pela manutenção de um padrão de decisão judicial que focava o interesse particular acima e além de interesses mais abrangentes, da maior parte da população. Reivindicando para si a falsa condição de neutralidade política, o juiz decidia controvérsias sobre a propriedade de terras, os salários, o direito ao trabalho e até sobre questões criminais, invocando as regras de uma legalidade construída no tempo do arbítrio e fundada na prevalência dos interesses singulares das elites em face dos direitos dos excluídos. Esses direitos, por sua vez, ficavam retidos na Constituição, como simples texto, incapazes de se transformarem em realidade.

22 Progressivamente a magistratura brasileira foi mudando, e o alargamento de seu quadro de primeiro grau, formado pelos juízes que decidem a maioria das causas, produziu o efeito mais visível de alteração do eixo decisório. Talvez os juízes não tenham alcançado uma postura totalmente nova diante dos poderosos de sempre, todavia tornava-se inquestionável o seu compromisso com as massas de consumidores, eleitores e parcela significativa da classe média. Os Juizados Especiais são a prova disso, mas a transformação ainda não foi capaz de mudar a vida dos mais pobres. A insuficiência desse novo compromisso pode ser atestada pelo sentimento difuso de desconforto que a população pobre percebe quando recorre ou é chamada à Justiça.

28 Por isso, creio que é possível interpretar a escolha de outro modelo de relação entre governantes e governados — evidente mensagem das urnas — como exigência de outra ética que muito afeta o trabalho dos juízes. Trata-se de “olhar a partir de baixo”, como diria conhecido cientista francês, e perceber, do ponto de vista dos mais pobres, as históricas contradições sociais, políticas e econômicas que abalam a estrutura da sociedade brasileira, assumindo que a reversão das expectativas de pobreza e ignorância depende muito do nível de comprometimento social dos juízes e da qualidade das práticas sociais que implementarem.

34 Como exemplo disso estão a interpretação e a aplicação do direito constantemente voltadas à integração da massa excluída, por meio do efetivo reconhecimento do direito a saúde, educação, habitação e trabalho e pela compreensão do fenômeno do crime nas grandes cidades como expressão da dura contradição entre ser proprietário e(ou) adquirir identidade. A solução das questões individuais e coletivas que são levadas ao Poder Judiciário deve representar a escolha da decisão que privilegia a proteção dos mais fracos e a redução do abismo social!

37 Assumir uma postura alinhada aos interesses dos grupos desfavorecidos é atuar politicamente. A forma como os juízes lidarão com a tensão gerada pelo conflito entre os interesses normalmente protegidos pelo sistema legal e os da parcela da população que se vê em destaque no novo governo, interesses que, na sua maioria, já estão consagrados na Constituição, refletirá a opção entre o antigo e o novo.

Geraldo Prado – JB. Internet: <<http://www.stacecilia.org.br/materias/materia41.htm>> (com adaptações).

Com base nas idéias do texto II, julgue os itens seguintes.

- 11 A sociedade brasileira continua confiando no Poder Judiciário, mas espera ansiosa por medidas concretas e posições claras dos juízes que justifiquem essa confiança.
- 12 Por força da Constituição, os juízes brasileiros eram obrigados a manter uma postura apartidária.
- 13 Nepotismo e fisiologismo são formas persuasivas preconizadas pela Constituição do Brasil.
- 14 A expressão “Na outra ponta” (l.13) pressupõe a existência de, pelo menos, mais uma ponta relativa à isenção política dos juízes brasileiros.
- 15 Atualmente, a população mais pobre, ao recorrer ou ao ser chamada à Justiça, sente-se plenamente confiante nos juízes brasileiros.
- 16 A Justiça tem-se mantido imune às históricas contradições sociais, políticas e econômicas que abalam a estrutura da sociedade brasileira.
- 17 Ao assumirem uma conduta em prol do direito da massa excluída à saúde, à educação, à habitação e ao trabalho, os juízes adotam um compromisso ético de base política.

Com referência à tipologia e à estruturação do texto II, julgue os itens subseqüentes.





- 18 O texto é fundamentalmente descritivo.
- 19 Como está redigido, o texto pode ser classificado como um requerimento.
- 20 Nas linhas 27 e 28, os travessões podem ser substituídos por parênteses, sem que se incorra em erro de pontuação.
- 21 A expressão ‘olhar a partir de baixo’ (l.28) deve ser entendida em seu sentido denotativo.


Com base nos princípios de ortografia, emprego de palavras e sintaxe, julgue os seguintes itens, relativos ao texto II.

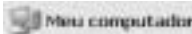



- 22 Uma única regra orienta a acentuação gráfica dos vocábulos “juízes” e “saúde”.
- 23 Na linha 26, o sentido original do texto será mantido, caso o adjetivo “pobre” seja colocado imediatamente antes do vocábulo “população”.
- 24 O termo “disso” (l.32) tem como referente o período “Trata-se de (...) implementarem” (l.28-31).
- 25 O segmento “que são” (l.35) pode ser suprimido, sem que se incorra em erro de sintaxe.



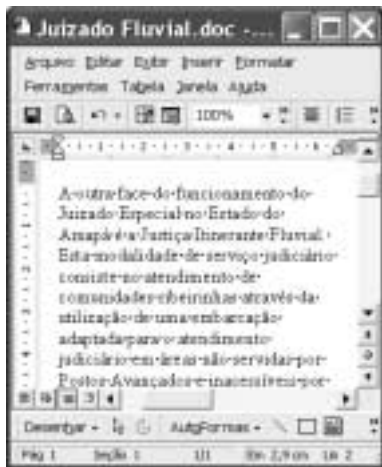
Com base nas informações contidas na janela do Internet Explorer 6 ilustrada acima, é correto concluir que, ao se clicar


- 30 o botão  Ir, será aberta uma janela do Windows Explorer que mostrará o conteúdo da pasta denominada Favoritos do Internet Explorer 6. Por meio dessa janela, é possível manipular as páginas definidas como favoritas desse aplicativo.
- 31 o botão , será aberta uma janela que permitirá definir os recursos de impressão que possam estar disponíveis no computador por meio do qual se realizou o acesso à Internet que permitiu obter a página Web mostrada acima.
- 32 , no botão , será possível obter informações acerca de páginas Web acessadas na sessão de uso do Internet Explorer 6 que permitiu obter a página mostrada acima.
- 33 o menu **Ferramentas**, será possível selecionar Opções da Internet, funcionalidade do Internet Explorer 6 que permite definir níveis de segurança no acesso a determinados conteúdos na Internet.


A janela acima foi obtida ao se clicar o botão  em um computador PC cujo sistema operacional é o Windows XP. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir.


- 26 Ao se clicar o botão , será aberta a janela Meu computador.
- 27 Ao se clicar o botão , o modo UNIX do Windows XP será ativado. Nesse modo, o computador poderá operar na forma multitarefas.
- 28 Se o computador possuir acesso à Internet em rede ADSL, o botão , permitirá estabelecer uma conexão ADSL com a Internet, por meio de um provedor de Internet.
- 29 Ao se clicar o botão , o computador no qual a janela está sendo executada será desligado.


A figura ao lado mostra uma janela do Word 2000, com parte de um texto extraído do sítio <http://www.tjap.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, relativos ao Word 2000.

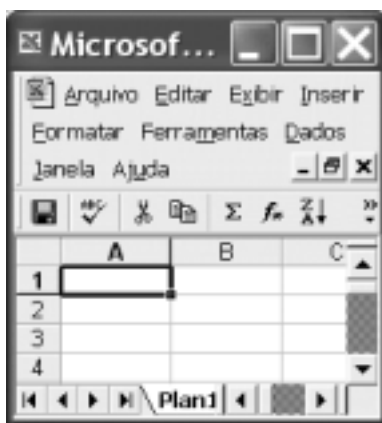


34 Para se alinhar o parágrafo mostrado do documento à margem direita, é suficiente clicar em qualquer palavra desse parágrafo e, a seguir, clicar o botão .


35 Para se excluir do texto mostrado o termo “Fluvial”, é suficiente aplicar um clique duplo sobre esse termo e, a seguir, teclar .




36 Para se inserir uma marca de tabulação apenas na linha contendo o trecho “Esta modalidade”, é suficiente clicar imediatamente antes desse trecho e, a seguir, teclar .



37 Para se ocultar as régua horizontal e vertical observadas na janela mostrada, é suficiente aplicar um clique duplo no botão , localizado à esquerda da régua horizontal.



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Excel 2000 com a célula A1 selecionada, julgue os itens subsequentes.

38 Sabendo que a população do estado do Amapá é estimada em 475.843 habitantes e que a área do estado é igual a 143.453 km², então, para se determinar a densidade populacional do Amapá, em habitantes por km², pondo o resultado na célula A1, é suficiente digitar =475843/143453 e, a seguir, teclar .

39 Considere o seguinte procedimento: digitar Amapá; teclar ; digitar Macapá; teclar ; selecionar as células A1 e A2; clicar . Com esse procedimento, as células A1 e A2 terão, respectivamente, os conteúdos Macapá e Amapá.

40 Para se inserir na célula A1 da planilha o termo Amapá, com a formatação da fonte no estilo itálico e negrito, é suficiente clicar , para acionar o referido estilo de fonte; digitar Amapá e, a seguir, teclar .

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra o crescimento da violência, que vitima principalmente a juventude no país. Em 1990, crimes e acidentes de trânsito causaram 60,25% dos óbitos entre homens com idade de 15 a 24 anos. Em 2002, esse índice chegou a 70,67%, percentual recorde no Brasil. Entre as mulheres da mesma faixa etária, o índice de mortes violentas também aumentou no mesmo período, passando de 28,25% para 34,14%.

Jornal de Brasília, 18/12/2003, capa.

A partir do texto acima e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema que ele focaliza, julgue os itens seguintes.

41 Embora com índices elevados, a violência no Brasil é amenizada pelo fato de estar restrita aos grandes centros urbanos.

42 Dificuldade de acesso e de permanência na escola e falta de perspectiva profissional são problemas que contribuem para a marginalidade de adolescentes e de jovens.

43 O tráfico de drogas, hoje sob controle mais severo do Estado, pouco influi no aumento da criminalidade, pois quem dele se ocupa busca preservar seus ganhos e, assim, afasta-se das ações violentas.

44 Ao revogar o Estatuto da Criança e do Adolescente, graças sobretudo às pressões da sociedade e dos meios de comunicação, o Brasil ficou desprovido de legislação adequada à proteção de seus menores que vivem em situação de risco social.

45 A recente redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, decorreu do clamor popular diante de crimes bárbaros cometidos por indivíduos menores de idade.

46 As razões para que a expectativa de vida do homem brasileiro seja inferior à da mulher incluem a violência, que atinge os rapazes em maior número.

47 Políticas públicas que criem perspectivas de vida para os jovens, a exemplo da educação e do emprego, são vitais para a redução dos índices de violência.

48 Para os estudiosos do assunto, o apelo exagerado ao consumo — tão próprio da sociedade contemporânea — gera desejos e frustrações que costumam resultar em práticas criminosas.

49 Sabe-se que parte do aumento do número de mortes violentas no Brasil se deve ao consumo de álcool, muito presente tanto em brigas quanto em homicídios.

50 A proibição do porte de armas, no Brasil, foi acompanhada, simultaneamente, pela lei que proíbe a publicidade de álcool e de fumo em todos os meios de comunicação brasileiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

À luz do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 51** A acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções, restringindo-se para aqueles pertencentes à administração pública direta.
- 52** Os cargos ou empregos da administração pública direta e indireta que possibilitem acesso a informações privilegiadas do poder público devem ser ocupados com restrições e requisitos previstos em lei.
- 53** A Constituição da República proíbe, em se tratando de aposentadoria de servidor público, a fixação de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Com relação à administração pública, julgue os itens seguintes.

- 54** Agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, de maneira transitória ou definitiva, do exercício de alguma função estatal. Agentes políticos são os componentes do governo, nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de funções constitucionais.
- 55** As entidades autárquicas diferem das fundacionais pelo fato de que estas são pessoas jurídicas de direito público de natureza meramente administrativa e aquelas podem ser pessoas de direito privado com atuação devidamente prevista em lei.
- 56** O governo e a administração pública são criações abstratas presentes na Constituição da República e nas leis infraconstitucionais, cuja atuação ocorre por meio das entidades, traduzidas nas pessoas jurídicas, nos centros de decisões — órgãos — e nos agentes.
- 57** As entidades empresariais são pessoas jurídicas de direito privado autorizadas a prestar serviços ou realizar atividades de interesse coletivo ou público não exclusivo do Estado.
- 58** Agentes delegados são particulares com incumbência de realização de atividade, obra ou serviço público, em nome próprio, por sua conta e risco, segundo normas do Estado e sob a permanente fiscalização deste.
- 59** O dever de probidade deve estar integrado à conduta do administrador público como elemento necessário à legitimidade de seus atos. O dever de prestar contas decorre naturalmente da administração pública como encargo de gestão de bens e interesse alheios.
- 60** Enquanto no desvio de finalidade a autoridade, embora competente para a prática do ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas, no excesso de poder a autoridade pratica atos por motivos ou fins diferentes daqueles objetivados pela lei ou interesse público.
- 61** O dever de eficiência corresponde ao dever de boa administração e submete a atividade do Poder Executivo ao controle de resultado, fortalecendo o sistema de mérito e a supervisão ministerial quanto à eficiência administrativa.

- 62** Poder disciplinar é aquele de que dispõe o Poder Executivo para a distribuição e o escalonamento de funções de seus órgãos, ordenando e revendo a atuação de seus agentes e estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- 63** Rever atos de inferiores hierárquicos significa a apreciação de tais atos em todos os seus aspectos, no sentido de mantê-los ou invalidá-los; já avocar é a chamada para si das funções originariamente atribuídas a um subordinado.

Considerando o disposto acerca dos contratos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 64** Os contratos administrativos caracterizam-se por serem regidos por normas públicas ou privadas, por supremacia da administração pública e por interpretação que considera o interesse público.
- 65** Um contrato administrativo deve conter preço e condições de pagamento, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- 66** A administração pública só pode alterar ou modificar unilateralmente um contrato administrativo em caso estritamente previsto em lei, conforme o que se considera cláusulas exorbitantes.
- 67** Quando há impedimento do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela administração em documento do mesmo tempo de sua concorrência, deve ser o contrato administrativo extinto definitivamente.
- 68** As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos podem ser alteradas independentemente de concordância do contratado.

A respeito de bens de uso comum e cessão de uso, julgue os itens a seguir.

- 69** Bens de uso comum destinam-se à utilização pela coletividade em geral, enquanto os bens dominicais são aqueles móveis ou imóveis utilizados pela administração pública para a consecução de seu fim.
- 70** Cessão de uso é um contrato administrativo pelo qual a administração outorga a particular o direito de uso exclusivo de bem público, segundo sua destinação específica.

Com referência às atribuições, organização, composição e competência do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 71** A carreira da magistratura prevê cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisito para o ingresso e promoção na carreira.
- 72** As decisões administrativas dos tribunais dispensam motivação, sendo que as de caráter disciplinar devem ser tomadas pelo voto de, pelo menos, dois terços de seus membros.

- 73 O estatuto da magistratura, previsto na Constituição da República, permite que juiz titular resida em comarca diversa daquela em que presta o seu serviço jurisdicional nos casos em que a própria lei determinar.
- 74 Ao Supremo Tribunal Federal cabe processar e julgar recurso ordinário constitucional referente a crime político, decisão contrária ao dispositivo da Constituição Federal, declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e validade de lei ou ato de governo local em face da mesma constituição.
- 75 A justiça estadual deve observar, obrigatoriamente, a designação, por parte do tribunal de justiça, de juízes de entrância especial. Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz deve fazer-se presente no local do litígio, com competência exclusiva para questões agrárias.

Considerando os direitos políticos insertos na Constituição da República de 1988, julgue os itens que se seguem.

- 76 Os direitos políticos se efetivam por meio do alistamento, que é o procedimento administrativo instaurado perante os órgãos da justiça eleitoral, tendo como objetivo verificar o cumprimento de requisitos constitucionais e legais de eleitor.
- 77 Os chamados direitos políticos negativos, previstos constitucionalmente, referem-se ao acesso do cidadão à participação nos órgãos governamentais, enquanto os direitos políticos positivos permitem o impedimento de candidaturas.
- 78 Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica de acordo com os requisitos legais, devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, podendo ter direito a recursos do fundo partidário, mas devem pagar parte do acesso ao rádio e à televisão.
- 79 A inelegibilidade absoluta é excepcional e só passível de estabelecimento pela própria constituição de forma taxativa; já a inelegibilidade relativa implica restrições a certos pleitos eleitorais e determinados mandatos.

A respeito dos direitos sociais no texto constitucional brasileiro, julgue os itens subseqüentes.

- 80 Trabalhadores rurais despedidos arbitrariamente podem, dependendo do caso concreto, receber indenização, independentemente de qualquer lei complementar, mas conforme a Constituição da República.
- 81 O piso salarial de determinada categoria deve ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, sendo possível a redução salarial com base no disposto em acordo ou convenção coletiva.
- 82 O repouso semanal remunerado deve ser obrigatoriamente concedido pela empresa aos domingos, independentemente de lei complementar ou qualquer convenção coletiva.
- 83 De acordo com os direitos sociais previsto na Constituição da República de 1988, o mercado de trabalho da mulher deve ser protegido, com incentivos específicos previstos na forma da lei.
- 84 A despeito do princípio da isonomia, uma empresa pode estabelecer, com base no direito constitucional e no seu próprio regimento, distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual.

Com base nos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 85 São considerados direitos fundamentais de primeira geração os direitos civis e políticos, que correspondem, em um quadro histórico, àquela fase inicial do constitucionalismo no ocidente.
- 86 Os direitos de primeira geração consagram a titularidade no indivíduo, porém não podem ser traduzidos em forma de oposição ao Estado, uma vez que são atributos da pessoa humana e não se enquadram na categoria de *status negativus*.
- 87 De acordo com a boa doutrina, a concepção de direitos fundamentais que contêm garantias institucionais de liberdade deve ser recebida com certa cautela, pois o direito de liberdade, ao contrário do que acontece com a propriedade, não está suscetível de institucionalização em termos de garantia.
- 88 O direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à propriedade e ao patrimônio comum da humanidade podem ser corretamente considerados como direitos de segunda geração ou dimensão.
- 89 O direito de comunicação é enquadrado no rol dos direitos de terceira dimensão ou geração.
- 90 O problema das lacunas jurídicas tem despertado interesse na teoria constitucional contemporânea, em razão de sua ligação com a aplicabilidade das normas e com a hermenêutica dos princípios fundamentais, sendo a teoria de Dworkin um de seus maiores aparatos.

No que se refere ao processo de execução, julgue os itens a seguir.

- 91 O processo de execução visa obter uma sentença que declare o direito do autor, condenando o réu à entrega de determinada quantia de dinheiro ou de determinado bem.
- 92 Em se tratando de execução por quantia certa contra devedor solvente, mesmo sem a penhora o processo de execução deve prosseguir.
- 93 O credor não pode recusar a oferta de bens à penhora, mesmo que estes sejam de difícil comercialização, como, por exemplo, as aeronaves.
- 94 Os bens indicados para penhora, pelo devedor, devem ter a sua propriedade comprovada e indicado o lugar onde se encontram.

Em relação aos recursos, julgue os itens subseqüentes.

- 95 Somente a parte sucumbente tem interesse em recorrer.
- 96 Interposto um recurso durante as férias forenses, em processo que não tramita durante as férias, o juiz não poderá recebê-lo por ser intempestivo.

Com referência aos atos e prazos processuais, julgue os itens que se seguem.

- 97 O princípio da publicidade assegura aos advogados o direito de ter em mão, em cartório ou secretaria, os autos de qualquer processo, a fim de examiná-los, independentemente de ser procurador de algum interessado, excetuada a hipótese de segredo de justiça.

- 98** Se o réu impugnar o valor da causa, o juiz deverá suspender o curso da ação principal e decidir o incidente.
- 99** Caso o oficial de justiça não encontre a pessoa que deveria citar, este deverá comunicar ao juiz, que determinará a citação por hora certa.
- 100** Em um processo civil, os prazos devem ser computados incluindo-se o dia do começo e excluindo o dia do vencimento. Assim, se o prazo é de 10 dias, o exaurimento deste se dará no 11.º dia.
- 101** Iniciado o período de férias, suspende-se o curso do prazo, que continua a fluir após o primeiro dia útil seguinte ao término das férias.
- 102** A preclusão é um dos efeitos da inércia da parte e acarreta a perda da faculdade de praticar o ato processual.
- 103** É cabível o recurso de agravo de instrumento contra o despacho do juiz que indefere a petição inicial antes da citação do réu.
- 104** A penhora, a perícia e a prisão são atos que podem ser corretamente realizados fora da sede do juízo, mas as citações e as intimações somente são válidas se praticadas no foro onde tramita o processo.
- 105** O prazo contínuo não sofre suspensão por feriado, mas seu vencimento deve ser prorrogado sempre que cai em dia não útil.
- 106** A contagem de prazo, quando a intimação tenha sido feita oralmente em audiência, segue a regra normal, ou seja, o prazo começa a correr no primeiro dia útil seguinte.
- 107** A fazenda pública e o Ministério Público têm prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- 108** O agravo de instrumento deve ser interposto perante o tribunal, impossibilitando, assim, que o juiz singular possa retratar-se da decisão agravada.
- 109** O falecimento do autor enseja a suspensão do processo para habilitação de seus herdeiros.
- 110** Contra o réu ausente citado por edital, correrão os prazos independentemente de intimação.

A ação penal é direito público subjetivo do cidadão previsto na Constituição Federal 1988 e surge no momento em que o litígio se instala, servindo de meio para se aplicar o direito de punir do Estado. Quanto à eficácia da lei processual penal no tempo e à ação penal, julgue os itens subseqüentes.

- 111** Uma nova lei processual invalida os atos processuais praticados sob a vigência de lei anterior.
- 112** A ação penal pública e a ação penal privada diferem quanto à sua titularidade. Enquanto naquela o titular é o Ministério Público, nesta é o ofendido ou seu representante legal.

- 113** Tendo em vista o interesse público, o Ministério Público, quando souber da prática de crime, tem a faculdade de promover a ação penal.
- 114** A representação criminal não exige formalidade e pode ser dirigida ao juiz.
- 115** Se o ofendido souber identificar todos os autores do crime de calúnia praticado contra si e oferecer queixa somente contra um deles, ocorre a renúncia tácita em relação a todos.

Em relação aos processos incidentes, julgue os itens seguintes.

- 116** O juiz deve declarar-se suspeito para o julgamento de ação penal em que seja amigo íntimo da parte.
- 117** A exceção de suspeição afasta o juízo do julgamento do crime.
- 118** No tribunal do júri, a suspeição dos jurados deve ser argüida oralmente e, se comprovada a quebra da incomunicabilidade deles, deve acarretar a nulidade do julgamento.
- 119** Por exercer *munus* público, a atuação do assistente está sujeita aos impedimentos e restrições que poderiam ser argüidos em relação ao juiz.
- 120** As prescrições contidas no Código de Processo Penal sobre suspeição, impedimento e incompatibilidade dos juízes estendem-se aos funcionários da justiça.

O conhecimento da testemunha a respeito dos fatos lhe é fornecido pelos seus sentidos, quais sejam, visão, audição, paladar, olfato e tato. Quanto à prova testemunhal, que tem como características a judicialidade, oralidade, objetividade e retrospectividade, julgue os itens que se seguem.

- 121** O menor de 14 anos de idade pode ser testemunha, mas está desobrigado de prestar o compromisso de dizer a verdade.
- 122** O depoimento da testemunha, em qualquer hipótese, deve ser prestado oralmente, sendo proibida inclusive a consulta a apontamentos.
- 123** Havendo dúvidas quanto a sua identidade, o depoimento da testemunha deve ser adiado até a confirmação dos seus dados, para não haver necessidade de repetir o ato.
- 124** Na oitiva da testemunha, o juiz pode recusar as perguntas da defesa ou da acusação se julgá-las impertinentes, ainda que tenham ligação com o fato.
- 125** O funcionário público que testemunhar um fato criminoso não pode ser conduzido coercitivamente à presença do juiz, ainda que não compareça à oitiva.